

SUMÁRIO

SIGLAS E ABREVIATURAS	17
------------------------------------	----

1

DIREITOS POLÍTICOS	19
---------------------------------	----

1.1 Democracia, soberania popular e os direitos políticos.....	19
1.2 Conteúdo dos direitos políticos	24
1.2.1 Direito de votar	26
1.2.1.1 Direito de votar em eleições	27
1.2.1.2 Direito de votar em plebiscitos, referendos e con-	
sultas populares.....	31
1.2.2 Direito de ser votado.....	33
1.2.3 Iniciativa popular	35
1.3 Perda e suspensão dos direitos políticos.....	37
1.3.1 Cancelamento da naturalização e aquisição de outra	
nacionalidade.....	39
1.3.2 Incapacidade civil absoluta	42
1.3.3 Condenação criminal transitada em julgado	45
1.3.4 Recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou presta-	
ção alternativa	50
1.3.5 Improbidade administrativa	52
1.3.6 Prestação do serviço militar obrigatório.....	54
1.3.7 Exercício dos direitos políticos por brasileiros em Portugal ..	56

2

ELEGIBILIDADE E INELEGIBILIDADE	59
--	----

2.1 Conceito e natureza jurídica da elegibilidade.....	59
--	----

2.1.1	A teoria clássica: elegibilidade como direito subjetivo do cidadão.....	61
2.1.2	A elegibilidade como efeito jurídico do registro de candidatura	63
2.1.3	Análise crítica das teorias e prevalência da posição clássica	66
2.2	Definição da inelegibilidade	77
2.2.1	Tipicidade estrita das causas de inelegibilidade.....	78
2.2.2	Fundamentos justificantes da inelegibilidade.....	83
2.2.3	Prazos da inelegibilidade	88
2.2.4	Classificação das espécies de inelegibilidade	91
2.3	Elegibilidade, inelegibilidade e não elegibilidade: distinção dos conceitos.....	95
2.4	Condições de elegibilidade e causas de inelegibilidade: diferenças essenciais	103
2.4.1	Analfabetismo e alfabetização.....	108
2.4.2	Incompatibilidades.....	110
2.4.3	O alistamento eleitoral e os inalistáveis	115

3

	REQUISITOS POSITIVOS DA ELEGIBILIDADE.....	119
3.1	Condições de elegibilidade.....	119
3.1.1	Nacionalidade brasileira (e os portugueses em caso de reciprocidade de direitos aos brasileiros em Portugal).....	123
3.1.2	Alistamento eleitoral.....	125
3.1.3	Pleno exercício dos direitos políticos e a certidão de quitação eleitoral.....	127
3.1.3.1	Pagamento de multas aplicadas pela Justiça Eleitoral.....	130
3.1.3.2	Apresentação de contas de campanha eleitoral.....	132
3.1.4	Domicílio eleitoral na circunscrição	136
3.1.5	Filiação partidária	138
3.1.6	Idade mínima.....	142
3.1.7	Ser escolhido em convenção partidária	143
3.2	Requisitos formais do processo judicial de registro de candidatura	145

4

DISCUSSÕES RELEVANTES SOBRE A INELEGIBILIDADE	151
4.1 Inelegibilidade e sanção jurídica	152
4.1.1 Aplicação específica do tema e sua importância na teoria da elegibilidade	152
4.1.2 A inelegibilidade e os diferentes tipos de sanção na norma jurídica.....	154
4.1.3 Ausência de sanção nas hipóteses do art. 1º, I, da LC n.º 64/1990	159
4.1.4 A “sanção de inelegibilidade” do art. 22, XIV, da LC n.º 64/1990	171
4.1.4.1 Incidência cumulativa da sanção de inelegibilidade do art. 22, XIX, e das causas de inelegibilidade das alíneas “d” ou “h” do art. 1º, I, da LC n.º 64/1990	179
4.2 Aplicação retroativa das hipóteses de inelegibilidade da LC n.º 64/1990	187
4.3 Compatibilidade da inelegibilidade com o princípio da presunção de inocência.....	197
4.3.1 Vinculação do princípio da presunção de inocência ao Direito Penal	200
4.3.2 Constitucionalidade do marco temporal estabelecido para início da inelegibilidade a partir da decisão judicial colegiada	205
4.4 A inelegibilidade e as demais situações de não elegibilidade	212
4.4.1 Sanções de cassação ou cancelamento do registro de candidatura, diploma ou mandato em razão de atos ilícitos na campanha eleitoral	212
4.4.1.1 Infrações aos arts. 30-A, 41-A e 73 ss. da Lei das Eleições e a prática de abuso de poder (político ou econômico), corrupção ou fraude.....	214
4.4.1.2 Irregularidades na propaganda eleitoral veiculada no rádio e na televisão (art. 45, VI e § 1º, da Lei das Eleições).....	221
4.4.2 A penalidade de inabilitação para o exercício de função pública.....	225

5

IMPUGNAÇÃO DA ELEGIBILIDADE: MOMENTOS, FORMAS E JULGAMENTO 231

5.1	Notas sobre a estrutura e instâncias da Justiça Eleitoral e os marcos temporais do processo de registro de candidatura.....	232
5.2	Momentos de verificação e satisfação dos pressupostos gerais da elegibilidade.....	239
5.2.1	Alterações supervenientes ao registro em benefício do candidato (atendimento de condição de elegibilidade ou afastamento de inelegibilidade).....	242
5.2.2	Suspensão do ato decisório que deu origem à causa de inelegibilidade e a aplicação do art. 26-C da LC n.º 64/1990.....	248
5.3	Impugnação da elegibilidade no processo de registro de candidatura (causas preexistentes e supervenientes ao pedido de registro).....	254
5.3.1	A ação de impugnação de registro de candidatura (AIRC)....	259
5.3.2	A notícia de inelegibilidade	260
5.3.3	Atuação de ofício da Justiça Eleitoral	262
5.4	Impugnação da elegibilidade no Recurso contra Expedição de Diploma (RCED).....	266
5.4.1	Alterações supervenientes ao RCED em benefício do candidato	273
5.5	Apreciação pela Justiça Eleitoral dos atos que ensejam o descumprimento das condições de elegibilidade ou a incidência de inelegibilidade.....	277
5.6	Candidatos inelegíveis ou não registrados: nulidade e aproveitamento dos votos, novas eleições e indivisibilidade da chapa majoritária.....	283

6

CONCLUSÕES 289

BIBLIOGRAFIA 309